

## **ANEXO 22**

### **MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE DEMANDA**

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA SOROCABANA**

## **1. DO MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE DEMANDA**

- 1.1. Constituirá EVENTO DE DESEQUILÍBRIO a DEMANDA OBSERVADA, auferida pela CONCESSIONÁRIA no SISTEMA RODOVIÁRIO nos termos deste ANEXO, inferior a 98% (noventa e oito por cento) ou superior a 108% (cento e oito por cento) da DEMANDA ESTIMADA no SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 1.2. A aplicação do mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO independe do fato gerador da variação na demanda da CONCESSÃO, salvo para os casos de atuação flagrantemente dolosa da CONCESSIONÁRIA com vistas a assegurar patamar de aplicação do mecanismo ora referido.
- 1.3. O mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO se sobrepõe a quaisquer pleitos adicionais ou complementares de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrentes do impacto, direto ou indireto, de qualquer EVENTO DE DESEQUILÍBRIO na demanda da CONCESSÃO, tais como:
  - (i) criação, aprimoramento, ou ainda a extinção de rotas concorrentes;
  - (ii) alteração das condições socioeconômicas;
  - (iii) surgimento de outros modais de transporte concorrentes;
  - (iv) eventos caracterizáveis como caso fortuito ou força maior;
  - (v) alterações nas condições de circulação de veículos no viário contíguo ou na área de influência do SISTEMA RODOVIÁRIO;
  - (vi) atos de vandalismo que destruam, alterem ou de qualquer forma impeçam o pleno funcionamento dos PÓRTICOS, inviabilizando a identificação de USUÁRIOS e a arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO;
  - (vii) em caso de EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO; e
  - (viii) outros EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO que possam impactar, direta ou indiretamente, a demanda da CONCESSÃO, ressalvados os eventos que possuam tratamento distinto expressamente previsto no CONTRATO e ANEXOS.
- 1.4. O mecanismo de mitigação previsto neste ANEXO não altera a alocação dos demais riscos previstos no CONTRATO e, portanto, os demais impactos causados pelos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, que não sobre a demanda da CONCESSÃO, deverão ser avaliados nos termos do regramento aplicável à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, caso aplicável.
- 1.5. A DEMANDA ESTIMADA para o SISTEMA RODOVIÁRIO a ser considerada para fins do mecanismo disposto no presente ANEXO tem os seguintes valores, para cada ano de CONTRATO, considerando os prazos de operação comercial indicados no ANEXO 20.

Ano de CONTRATO	DEMANDA ESTIMADA <sup>(1)</sup> (R\$)																												
	TOTAL	Itu	Sorocaba	São Roque	Alumínio	Araçoiaba	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20	P21	P22	P23
1	475.956.662	252.078.121	110.851.367	22.731.736	28.062.940	62.232.498	133.203.617	93.696.309	62.021.863	35.958.450	22.014.667	8.633.513	15.420.836	23.371.720	22.695.207	39.917.446	21.203.299	40.049.084	21.248.199	8.809.231	9.735.338	23.617.585	7.922.519	3.179.429	9.614.322	19.302.793	12.567.105	-	73.498.960
2	594.172.907	265.052.395	107.746.858	25.271.752	23.636.804	64.095.341	139.863.075	98.518.789	60.284.876	33.217.791	22.752.766	9.598.211	17.606.029	19.353.414	19.115.679	40.429.253	21.687.783	41.247.897	15.372.814	8.760.744	9.702.195	23.093.494	7.393.276	3.161.864	8.391.131	19.682.018	12.812.220	-	74.706.016
3	743.604.410	273.519.205	111.770.413	28.043.330	23.313.731	67.402.742	144.225.946	101.665.864	62.536.074	33.270.826	23.951.062	10.650.857	18.896.067	19.095.553	18.854.401	40.521.121	22.628.672	43.376.341	14.108.428	8.860.994	9.820.764	23.387.577	7.428.548	3.182.153	8.324.440	20.069.433	13.061.882	19.028.669	76.658.738
4	774.654.743	279.435.464	114.770.838	34.463.304	24.688.673	68.538.612	147.246.964	103.864.911	64.214.826	34.394.554	24.382.256	13.089.163	20.920.898	20.219.609	19.966.352	38.457.973	22.896.435	44.107.318	16.365.509	9.001.683	9.980.802	23.851.600	7.559.810	3.195.578	8.435.560	30.645.803	14.813.062	17.060.486	79.983.591
5	796.913.363	278.105.434	116.109.321	33.395.642	22.642.565	69.649.271	146.743.861	103.370.545	64.963.714	35.109.234	24.576.019	12.683.665	20.175.775	18.343.136	18.311.613	37.654.568	23.362.303	44.822.072	24.311.195	9.164.617	10.171.452	24.168.124	7.670.119	3.339.766	8.615.967	37.233.785	23.377.496	16.966.950	81.777.389
6	833.706.329	283.109.536	119.321.669	32.490.196	22.855.570	72.977.574	149.399.658	105.230.547	66.761.038	35.698.360	27.828.990	12.339.776	19.815.528	18.531.095	18.483.875	45.542.215	30.498.144	49.106.054	26.885.885	9.364.081	10.397.061	24.687.799	7.787.401	3.416.589	8.747.521	37.966.674	23.833.017	16.860.874	84.524.147
7	877.500.506	291.233.380	122.128.321	30.348.664	23.541.304	74.991.027	153.613.982	108.250.144	68.331.372	36.309.700	34.256.537	11.526.423	18.659.887	19.136.529	19.038.446	46.843.064	34.781.211	50.460.890	37.731.045	9.693.721	10.760.992	27.794.510	8.514.301	3.258.324	9.684.043	38.713.984	24.297.409	15.778.972	90.065.021
8	918.435.348	297.595.435	126.563.467	28.968.837	23.781.361	77.218.241	156.942.242	110.614.891	81.434.787	37.044.340	28.274.424	11.002.364	18.125.010	19.314.844	19.232.585	47.491.812	36.058.150	51.959.566	38.837.055	9.955.612	11.004.870	29.854.034	10.618.331	2.943.871	12.783.594	39.476.001	24.770.843	15.316.413	105.379.709
9	939.635.539	303.570.917	129.721.184	29.360.937	24.241.721	78.966.303	160.102.578	112.835.951	83.466.558	37.754.431	27.167.666	11.151.284	18.423.749	19.697.309	19.604.891	48.492.564	37.245.065	53.135.824	40.108.387	10.924.246	12.549.839	30.239.409	10.702.173	4.003.016	14.053.525	40.253.013	25.253.495	15.593.280	106.877.288
10	966.618.075	310.305.054	133.773.830	29.566.446	24.666.842	78.807.458	163.675.709	115.339.000	86.074.154	38.510.915	27.935.659	11.229.336	18.543.128	20.035.437	19.948.696	49.502.295	38.395.593	53.028.938	44.266.651	13.071.359	15.626.174	30.725.510	10.837.739	4.266.197	14.304.546	41.045.315	25.745.545	15.720.828	108.789.350
11	985.107.067	315.835.925	136.247.330	30.013.839	25.107.335	80.107.525	166.605.358	117.394.800	87.665.679	39.230.175	28.437.244	11.399.256	18.821.670	20.393.419	20.304.935	50.476.664	39.095.017	53.903.743	45.468.212	13.634.676	16.295.116	31.265.992	11.027.799	4.344.691	14.549.323	41.853.207	26.247.176	15.963.152	110.729.764
12	1.002.750.267	321.495.554	138.678.843	30.541.160	25.549.710	81.530.884	169.601.637	119.498.459	89.230.188	39.933.929	28.941.668	11.599.532	19.154.312	20.753.039	20.662.694	51.374.868	39.797.979	54.861.511	46.263.754	13.874.388	16.582.964	31.812.064	11.222.262	4.417.001	14.804.787	42.676.997	26.758.574	16.246.847	112.680.814
13	1.020.614.880	327.225.600	141.139.376	31.074.053	25.996.972	82.971.259	172.636.651	121.628.291	90.813.370	40.646.529	29.451.706	11.801.925	19.490.607	21.116.663	21.024.406	52.283.975	40.510.219	55.830.728	47.068.218	14.116.835	16.874.206	32.364.124	11.419.088	4.490.021	15.063.462	43.516.998	27.279.929	16.533.840	114.653.087
14	1.038.701.584	333.026.231	143.628.943	31.612.490	26.449.107	84.428.664	175.710.561	123.784.360	92.415.233	41.368.000	29.967.343	12.006.424	19.830.544	21.484.284	21.390.060	53.204.001	41.231.785	56.811.405	47.881.591	14.362.014	17.168.842	32.922.155	11.618.284	4.563.749	15.325.362	44.373.528	27.811.434	16.824.127	116.646.500
15	1.057.003.335	338.887.353	146.142.667	32.156.302	26.905.789	85.902.094	178.817.997	125.962.912	94.032.640	42.096.926	30.487.515	12.212.964	20.173.986	21.855.652	21.759.390	54.133.858	41.963.086	57.802.864	48.706.077	14.610.354	17.467.201	33.487.276	11.820.442	4.639.290	15.591.776	45.248.551	28.355.671	17.117.575	118.659.332
16	1.075.504.619	344.787.675	148.670.362	32.705.175	27.366.357	87.389.438	181.947.561	128.156.036	95.659.035	42.830.327	31.010.021	12.421.426	20.520.664	22.230.265	22.131.863	55.071.261	42.704.848	58.803.687	49.546.294	14.862.750	17.769.959	34.061.848	12.026.784	4.718.958	15.865.382	46.145.841	28.917.847	17.413.887	120.688.076
17	1.094.228.730	350.757.538	151.226.395	33.259.466	27.831.699	88.893.678	185.115.671	130.375.007	97.303.665	43.572.459	31.537.917	12.631.945	20.870.918	22.608.800	22.508.196	56.019.459	43.456.120	59.815.878	50.395.662	15.117.924	18.076.155	34.642.480	12.235.589	4.799.473	16.142.427	47.060.924	29.491.168	17.713.460	122.737.433
18	1.113.176.167	356.797.026	153.810.737	33.819.135	28.301.791	90.414.806	188.322.446	132.619.858	98.966.509	44.323.338	32.071.173	12.844.508	21.224.729	22.991.240	22.888.372	56.978.453	44.216.948	60.839.434	51.254.158	15.375.870	18.385.787	35.229.150	12.446.861	4.880.833	16.422.927	47.994.151	30.075.854	18.016.287	124.807.283
19	1.132.347.387	362.906.202	156.423.350	34.384.140	28.776.610	91.952.810	191.567.999	134.890.611	100.647.544	45.082.975	32.609.762	13.059.096	21.582.075	23.377.566	23.272.370	57.948.244	44.987.374	61.874.345	52.121.756	15.636.582	18.698.853	35.821.831	12.660.603	4.963.035	16.706.892	48.945.884	30.672.131	18.322.361	126.897.498
20	1.151.742.807	369.085.116	159.064.187	34.954.435	29.256.129	93.507.674	194.852.436	137.187.286	102.346.739	45.851.382	33.153.650	13.275.694	21.942.937	23.767.759	23.660.168	58.928.829	45.767.439	62.920.601	52.998.428	15.900.052	19.015.348	36.420.497	12.876.819	5.046.076	16.994.338	49.916.487	31.280.230	18.631.672	129.007.941

Obs: em azul as PRAÇAS e PÓRTICOS que estarão em operação em cada ano.

Nota (1): Os valores consideram a Receita Total esperada sem a consideração do Desconto de Usuários Frequentes, conforme regrado no ANEXO 4.

- 1.5.1. Sempre que houver modificação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO, quer em decorrência de reajustes efetuados na TARIFA QUILOMÉTRICA nos termos do ANEXO 4, quer em decorrência de modificações da TARIFA DE PEDÁGIO ocasionadas em razão de reequilíbrio econômico-financeiro ou medidas de política tarifária, ou das reclassificações decorrentes de obras de duplicação e faixas adicionais, os valores indicados na tabela disposta no item 1.5 deverão ser reajustados na mesma data e segundo os mesmos critérios.
- 1.5.2. A DEMANDA ESTIMADA corresponderá à somatória da projeção de arrecadação, indicada na tabela acima, para os PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO que efetivamente estiverem em operação no ano respectivo, não se computando a estimativa daquele que não estiverem em operação, mesmo que superado o prazo indicado no item 1.5.3 para o início de operação.
  - 1.5.2.1. Nos anos em que houver CONVERSÃO, a DEMANDA ESTIMADA deverá considerar a ponderação indicada no item 1.14 para definição da DEMANDA ESTIMADA do PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO para o ano contratual próprio.
- 1.5.3. A data de referência para a operação comercial das PRAÇAS DE PEDÁGIO ou PÓRTICOS para aplicação do presente mecanismo será:
  - (i) A data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para as PRAÇAS DE PEDÁGIO P02, P03, P06, P09 e P12;
  - (ii) 13º mês contando data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para os PÓRTICOS P13, P14, P15, P16, P17, P18, P19, P20 e P21;
  - (iii) 13º mês contado da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA SISTEMA EXISTENTE SPA O53/280 para o PÓRTICO P22;
  - (iv) 25º mês contando data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL para os PÓRTICOS P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10, P11, P12 e P23;
- 1.6. A DEMANDA ESTIMADA foi estipulada com base na arrecadação projetada do SISTEMA RODOVIÁRIO, e deverá ser apurada, para efeitos da aplicação do presente mecanismo, com base no conjunto de todos os PÓRTICOS do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como das PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação.
- 1.7. A aferição do eventual desequilíbrio contratual considerará, a cada medição, sempre a DEMANDA OBSERVADA no período da medição, com base na fórmula do item 1.7.1, em comparação com a DEMANDA ESTIMADA para o mesmo período.
  - 1.7.1. A DEMANDA OBSERVADA no período da medição será calculada de acordo com as seguintes fórmulas e definições:

$$DO_i = (RT_i + CA_i + 5\% \times TV_i + TI_i + DUF_i)$$

Onde,

$DO_i$  É a DEMANDA OBSERVADA, com base na arrecadação de RECEITA TARIFÁRIA, na COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, em 5% das TRANSAÇÕES VÁLIDAS de USUÁRIOS INADIMPLENTES, nas TRANSAÇÕES

	INVÁLIDAS e no DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE, para o ano contratual $i$ , no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação.
$RT_i$	É a arrecadação de RECEITA TARIFÁRIA da CONCESSIONÁRIA, para o ano contratual $i$ , no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO.
$CA_i$	É a COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, para o ano contratual $i$ , conforme disposto no ANEXO 20.
$TV_i$	É o valor de arrecadação que a CONCESSIONÁRIA teria auferido em razão de USUÁRIOS INADIMPLENTES que trafegaram pelo SISTEMA RODOVIÁRIO e foram contabilizados como TRANSAÇÕES VÁLIDAS, para o ano contratual $i$ , conforme previsto no ANEXO 20.
$TI_i$	É o valor de arrecadação que a CONCESSIONÁRIA teria auferido em razão de USUÁRIOS que trafegaram pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, mas foram contabilizados como TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, excluídas as TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, para o ano contratual $i$ , conforme previsto no ANEXO 20.
$DUF_i$	Valores acumulados, para o ano contratual $i$ , do DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE, conforme regrado no ANEXO 4.

1.8. O AJUSTE DE DEMANDA será calculado de acordo com as seguintes fórmulas e definições:

Hipótese 1: Se,  $DO_i \geq 108\% \times DE_i$  :  $AD_i = ([108\% \times DE_i] - DO_i) \times FC$

Hipótese 2: Se,  $DO_i < 98\% \times DE_i$  :  $AD_i = (98\% \times DE_i - DO_i)$

Hipótese 3: Se,  $98\% \times DE_i \leq DO_i < 108\% \times DE_i$  :  $AD_i = 0$

Onde,

$DO_i$	É a DEMANDA OBSERVADA, para o ano contratual $i$ , calculada na forma do item 1.7.1.
$DE_i$	É a DEMANDA ESTIMADA, para o ano contratual $i$ , conforme item 1.5.
$AD_i$	É o AJUSTE DE DEMANDA, para o ano contratual $i$ .
$FC$	É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE equivalente à 50% (cinquenta por cento).

1.8.1. Caso, após a aferição do valor de AJUSTE DE DEMANDA, nos termos do item 1.8 seja verificada a condição abaixo:

$$98\% \times DE_i > RT_i + CA_i + DUF_i + TI_i$$

O AJUSTE DE DEMANDA deverá ser recalculado da seguinte forma:

$$AD_i = (98\% \times DE_i - RT_i - CA_i - DUF_i - TI_i)$$

Onde,

$DE_i$	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
$AD_i$	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
$RT_i$	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
$AUI_i$	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
$TI_i$	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.
$DUF$	Possui o significado atribuído no item 1.7.1.

- 1.8.2. Caso (a) se materialize a hipótese “1” prevista no item 1.8 acima, e (b) haja recomposições decorrentes do DESCONTO DE USUÁRIOS FREQUENTES e/ou do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, referidas recomposições limitar-se-ão, em conjunto, ao montante necessário para, no respectivo período de referência, que a CONCESSIONÁRIA tenha remuneração equivalente a 108% (cento e oito por cento) da DEMANDA ESTIMADA.

1.8.2.1. Exemplos são apresentados no final do ANEXO;

- 1.9. Caso o AJUSTE DE DEMANDA seja negativo, será constituído um crédito em favor do PODER CONCEDENTE, a ser automaticamente utilizado para o pagamento do montante dos anos subsequentes.

- 1.9.1. Caso não se faça necessária a utilização do crédito nos anos subsequentes, o crédito em favor do PODER CONCEDENTE deverá ser considerado na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente, conforme regramento do CONTRATO.

- 1.9.2. Sem prejuízo do disposto no item 1.9.1, o crédito em favor do PODER CONCEDENTE poderá, mediante concordância da CONCESSIONÁRIA, ser vertido pela CONCESSIONÁRIA para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, em periodicidade a ser definida pelas PARTES.

- 1.10. A cada REVISÃO ORDINÁRIA, será avaliada a ocorrência de eventual EVENTO DE DESEQUILÍBRIO favorável ao PODER CONCEDENTE, nas seguintes condições:

- 1.11. Caso:

$$DOAA_i \geq 108\% \times DEAA_i$$

E

$$ADA_i \geq ([108\% \times DEAA_i] - DOAA_i) \times FC$$

Onde,

$DOAA_i$	É a DEMANDA OBSERVADA, conforme definição do item 1.7.1, no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação, acumulada até o ano contratual <i>i</i> .
$DEAA_i$	É a DEMANDA ESTIMADA, no conjunto de PÓRTICOS e PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação, acumulada até o

ano contratual  $i$ .

$ADA_i$  É o AJUSTE DE DEMANDA, conforme item 1.8, acumulado até o ano contratual  $i$ .

$FC$  É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE, conforme item 1.8.

Será reconhecido EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, a ser reequilibrar em prol do PODER CONCEDENTE, equivalente a:

$$DPC_i = -\{([108\% \times DEAA_i] - DOAA_i) \times FC - ADA_i\} - DPCA$$

Onde,

$DPC_i$  Desequilíbrio decorrente do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, no ano contratual  $i$ .

$DPCA$  Valor referente a eventuais desequilíbrios favoráveis ao PODER CONCEDENTE, decorrentes do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, efetivados em REVISÕES ORDINÁRIAS anteriores.

$DOAA_i$  Possui o significado atribuído acima.

$DEAA_i$  Possui o significado atribuído acima

$ADA_i$  Possui o significado atribuído acima

$FC$  É o fator de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE, conforme item 1.8.

1.12. Caso:

$$DOAA_i < 98\% \times DEAA_i$$

E

$$ADA_i \geq ([98\% \times DEAA_i] - DOAA_i)$$

Onde,

$DOAA_i$  Possui o significado atribuído no item 1.11.

$DEAA_i$  Possui o significado atribuído no item 1.11.

$ADA_i$  Possui o significado atribuído no item 1.11.

Será reconhecido EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, a se reequilibrar em prol do PODER CONCEDENTE, equivalente a:

$$DPC_i = -\{([98\% \times DEAA_i] - DOAA_i) - ADA_i\} - DPCA$$

Onde,

$DPC_i$  Possui o significado atribuído no item 1.11.

$DPCA$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
$DOAA_i$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
$DEAA_i$	Possui o significado atribuído no item 1.11.
$ADA_i$	Possui o significado atribuído no item 1.11.

1.13. Todos os USUÁRIOS que transitarem pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, incluindo os USUÁRIOS INADIMPLENTES e os USUÁRIOS que sejam identificados para fins de contabilização das TRANSAÇÕES INVÁLIDAS, deverão ter seus respectivos valores aplicáveis de TARIFA DE PEDÁGIO computados na DEMANDA OBSERVADA, na forma do item 1.7.1, com exceção dos beneficiários de isenções, nos termos do ANEXO 4.

1.13.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá receber, por meio do mecanismo de mitigação do risco de demanda, valores de TARIFA DE PEDÁGIO por ela já percebidos, inclusive por meio da COMPENSAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA.

1.13.2. O mecanismo de mitigação do risco de demanda também não se prestará à recomposição de perdas de receita decorrentes de regimes de tarifação diferenciada, descontos tarifários ou isenções propostas pela CONCESSIONÁRIA, devendo o valor total da renúncia tarifária decorrente destes regimes, descontos ou isenções, ser incorporado ao cálculo da DEMANDA OBSERVADA da CONCESSIONÁRIA.

1.14. Para o cálculo de  $DE_m$ , a seguinte fórmula deverá ser considerada:

$$DE_m = \frac{DEA_i \times DD_m}{365}$$

Onde,

$DE_m$	É a DEMANDA ESTIMADA para os 12 (doze) meses anteriores até o mês contratual $m$ .
$DEA_i$	é a DEMANDA ESTIMADA do ano contratual $i$ , conforme item 1.5.
$DD_m$	é o número de dias do ano contratual referente ao período de aferição.

1.14.1. A DEMANDA ESTIMADA do ano contratual  $i$  deverá ser ajustada de modo a contemplar os ajustes aplicados à TARIFA DE PEDÁGIO segundo os mesmos critérios e quando da sua efetiva implementação, conforme disposto no item 1.5.1.

1.15. Caso a operação comercial das PRAÇAS DE PEDÁGIO ou dos PÓRTICOS seja iniciada após o prazo previsto no item 1.5.3, eventual desequilíbrio econômico-financeiro referente à diferença de receita decorrente da operação da PRAÇA DE PEDÁGIO e/ou da CONVERSÃO, bem como outros impactos, deverá ser apurado em processo próprio, não sendo considerado no mecanismo de que trata este ANEXO.

1.16. Os demais impactos decorrentes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO serão tratados na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente e deverão observar o regramento geral do CONTRATO.



- 1.17. Deverão ser considerados, conforme o caso, os tributos aplicáveis, bem como descontos relativos ao IQD, ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO e OUTORGA VARIÁVEL, e demais impactos incidentes no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, observada a modalidade de recomposição escolhida nos termos da Cláusula Vigésima Terceira do CONTRATO, de modo a garantir que os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes e demais impactos no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA sejam contemplados no cálculo, conforme disposto na Cláusula 22.4.6 do CONTRATO.
- 1.17.1. A apuração do AJUSTE DE DEMANDA previsto neste ANEXO ocorrerá anualmente.
- 1.17.2. A recomposição dos valores ocorrerá trimestralmente em parcelas iguais, tomando como base o AJUSTE DE DEMANDA do ano contratual anterior, observando o regramento de atualização monetária que consta do ANEXO 4.
- 1.17.3. O AJUSTE DE DEMANDA referente ao último ano de CONTRATO deverá ser integralmente recomposto em até 3 (três) meses do encerramento do CONTRATO.
- 1.17.4. A recomposição será realizada nos termos do APÊNDICE D, em conjunto com a recomposição pelo DUF, originando a COMPOSIÇÃO DUF E AJUSTE DE DEMANDA.
- 1.17.5. Na hipótese de não haver crédito favorável ao PODER CONCEDENTE nos termos do item 1.9, a COMPOSIÇÃO DUF E AJUSTE DE DEMANDA deverá ser realizada preferencialmente de acordo com as seguintes modalidades em ordem de prioridade:
- i) CONTA DUF E DEMANDA
  - ii) CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO
  - iii) Redução da OUTORGA VARIÁVEL
  - iv) Redução do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO
  - v) Outras modalidades, preferencialmente na modalidade prevista na Cláusula 23.1 (ii) do CONTRATO.
- 1.18. Para apuração do AJUSTE DE DEMANDA do respectivo ano contratual de apuração, a CONCESSIONÁRIA deverá, até 5 (cinco) dias do ano subsequente, enviar para a ARTESP: (i) documento anual indicando o número do CONTRATO e o período de apuração; (ii) memória de cálculo que indique o valor de cada componente do AJUSTE DE DEMANDA, nos termos deste ANEXO; (iii) relatório indicando o número de passagens por cada PÓRTICO, bem como o número de USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do ANEXO 20, destacando o número de e o valor monetário correspondente de TRANSAÇÕES VÁLIDAS, TRANSAÇÕES INVÁLIDAS e TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, bem como tarifas eventualmente processadas após o período de 15 (quinze) dias da passagem pelo respectivo PÓRTICO, ou outro previsto na regulação, ou ainda após realizadas medidas coercitivas.
- 1.19. Em até 30 (trinta) dias do recebimento do material indicado no item 1.18 acima, a ARTESP deverá: avaliar a documentação recebida e calcular os valores indicados para cada componente do AJUSTE DE DEMANDA; encaminhando ao BANCO DEPOSITÁRIO a NOTIFICAÇÃO DUF E AJUSTE DE DEMANDA, nos termos do APÊNDICE D, com cópia à CONCESSIONÁRIA, informando o valor apresentado pela CONCESSIONÁRIA ou indicando a parcela incontroversa a título de AJUSTE DE DEMANDA.

- 1.20. Em até 4 (quatro) meses do final do 20º ano, ou quando da extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARTESP relatório contendo as informações indicadas no item 1.18 contemplando as memórias relativas ao cálculo das variáveis do AJUSTE DE DEMANDA ainda não cobertas na documentação dos anos anteriores, a fim de demonstrar saldos, em favor do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, ainda não quitados.
- 1.21. A partir do recebimento do relatório de que trata o item 1.20 acima, aplicam-se os prazos disciplinados nos itens 1.18 e 1.19.
- 1.22. Na ocasião de haver saldo em favor do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA no âmbito da apuração dos saldos AJUSTE DE DEMANDA, este deverá ser quitado pelas PARTES como condição prévia à assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

#### EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DO MECANISMO DE DEMANDA:

1. **Caso 1:**  $DO_i \geq 108\% \times DE_i$  :  $AD_i = ([108\% \times DE_i] - DO_i) \times FC$

Ou seja:  $(RT_i + CA_i + 5\% \times TV_i + TI_i + DUF_i) \geq 108\% \times DE_i$

- a. Caso  $(RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i) \geq 108\% \times DE_i$

Então:  $CA_i + DUF_i = 0$

$$AD_i = ([108\% \times DE_i] - (RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i)) \times FC$$

- b. Caso  $(RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i + CA_i + DUF_i) \geq 108\% \times DE_i$  e  $(RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i) \leq 108\% \times DE_i$

Então:  $CA_i + DUF_i = [108\% \times DE_i] - (RT_i + 5\% \times TV_i + TI_i)$

$AD_i = 0$